

diálogos

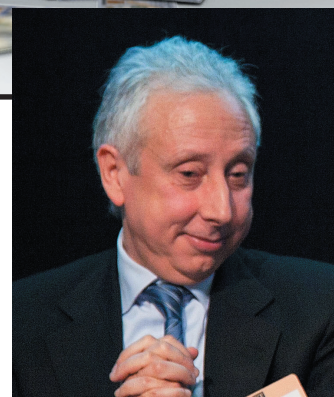


no espaço democrático

A HISTÓRIA DO
PLANO REAL
QUE NOCAUTEOU
A HIPERINFLAÇÃO DO BRASIL



Conversa com
PERSIO ARIDA
Doutor e professor em Economia,
um dos criadores do plano
que está completando 30 anos.





diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



*Para assistir ao vídeo,
aponte a câmara do celular
para este código*

“ELES MERECIAM UM NOBEL DE ECONOMIA”

O economista Roberto Macedo costuma dizer que **Persio Arida** e **André Lara Resende**, os artífices do Plano Real, mereciam ganhar o Prêmio Nobel de Economia pela originalidade do plano de estabilização monetária que mudou a vida de milhões de brasileiros. Modesto, Arida atribui à generosidade do seu ex-professor na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) a sugestão de um prêmio pela criação e implementação do Plano Real, que em 2024 está completando 30 anos. “Foi um privilégio, uma experiência absolutamente única formular uma teoria, não conseguir aplicá-la uma vez, ter uma segunda chance e enfim conseguir aplicá-la com sucesso”, disse o economista em entrevista ao programa *Diálogos no*

Espaço Democrático, realizada em fevereiro de 2024 e disponível no canal da fundação no Youtube (<https://youtu.be/VMCaKgZq2ig>)

Na conversa com os economistas **Roberto Macedo** e **Luiz Alberto Machado**, o cientista político **Rogério Schmitt**, o ex-deputado e coordenador de Relações Institucionais do Espaço Democrático, **Vilmar Rocha**, e o jornalista **Sérgio Rondino**, coordenador de Comunicação da fundação e âncora do programa de entrevistas, Arida contou não só como foi concebida a ideia do Plano Real, mas também algumas histórias de bastidores de alguns dos principais personagens envolvidos no projeto.

Esta é a íntegra daquela conversa. Boa leitura.

**Sérgio Rondino, Roberto Macedo, Rogério Schmitt,
Vilmar Rocha, Luiz Alberto Machado, Persio Arida**

Sérgio Rondino - Há 30 anos, no final de fevereiro de 1994, o presidente Itamar Franco enviou para votação no Congresso Nacional a Medida Provisória que criava a Unidade Real de Valor, a URV, uma espécie de moeda fictícia. Com isso, o Ministério da Fazenda, que então era comandado por **Fernando Henrique Cardoso**, começava a implantar no Brasil o Plano Real, um conjunto de medidas que finalmente criaria uma moeda forte e poria fim a uma longa história de hiperinflação.

Os brasileiros que não viveram aquela época podem não ter ideia de como era grave a situação da nossa economia, que chegou a registrar, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA, um aumento anual de preços de quase 2.500%. Vou repetir: 2.500%! Só como comparação, a inflação de 2023, o ano passado, foi de 4,6%.

Este *Diálogos no Espaço Democrático* é dedicado a lembrar e a comemorar aquele grande evento. E, para isso, nada melhor que conversar com um dos pais do Plano Real, o economista **Persio Arida**.

Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo, Persio Arida tem doutorado na área pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT (*na sigla em inglês*). Foi pesquisador no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, no Centro Brasileiro de Estudos da Universidade de Oxford, no Instituto Smithsonian, em Washington, e na Bravatnik School of Governance, também da Universidade de Oxford. Ainda no campo acadêmico, lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na própria USP.



Junto com o economista **André Lara Resende**, defendeu em artigos e palestras um conjunto de ideias de combate à hiperinflação que acabou conhecido como “Plano Larida”. É a junção dos nomes dos dois economistas. Essas propostas, anos depois, serviram de base ao Plano Real.

Naquele período, Persio Arida foi presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco Central. Ele também teve extensa carreira no setor privado, ocupando cargos de direção em instituições como o Unibanco, o Brasil Warrants, o Opportunity, o Itaú e o BTG Pactual.

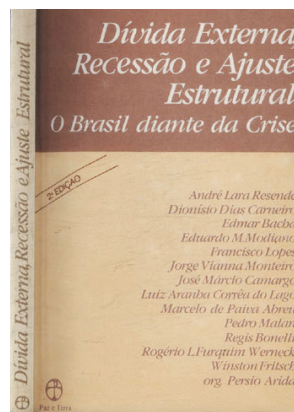
Participam deste programa os seguintes consultores e colaboradores do Espaço Democrático: o economista **Roberto Macedo**, o cientista político **Rogério Schmitt**, o também economista **Luiz Alberto Machado** e o professor de Direito e ex-deputado federal **Vilmar Rocha**, coordenador de Relações Institucionais do Espaço Democrático.

Doutor Persio Arida, seja muito bem-vindo ao Espaço Democrático.

Persio Arida - Eu é que agradeço e a todos os demais participantes aqui.

Sérgio Rondino - Doutor Persio, o professor Roberto Macedo nos disse aqui, numa reunião anterior, que na opinião dele a criação da URV e do Plano Real mereciam ganhar o Prêmio Nobel de Economia, até pela novidade que foi a utilização daquele instrumento. O senhor pode nos contar como é que nasceu a ideia da URV?

Persio Arida - Conto, mas antes de mais nada quero introduzir uma pequena qualificação aqui. O Roberto Macedo, além de ter sido meu professor, ter me dado as cartas de recomendação para estudar no MIT, é muito amigo, e eu devo esse comentário à generosidade de amigo do Roberto Macedo.



A ideia surgiu de conversas com o André Lara Resende, quando nós éramos professores da Católica do Rio de Janeiro. Eu tinha dado aulas na USP antes, depois me mudei para o Rio, quando da formação do mestrado na PUC Rio. E, naturalmente, era a grande questão que se colocava. Na verdade, existiam três grandes questões naquela época. A questão da dívida externa - nós publicamos um livro, eu organizei o livro, inclusive, chamado *Dívida Externa, Ajuste e Recessão*; depois a segunda questão era o crescimento econômico, que nós achávamos que estava intrinsecamente ligado ao problema da inflação; e o terceiro era a inflação propriamente dita, que já era um problema que vinha desde a década de 1970. Estamos falando do começo da década dos anos 1980. O André e eu escrevemos vários papers juntos e surgiu das conversas a ideia de escrever esse que depois foi denominado como “Plano Larida”, por conta de uma conferência sobre estabilização em Washington. E surgiu das nossas conversas. O plano foi muito malvisto na época. Eu me lembro de artigos críticos em jornais, mas alguns economistas o apoiaram. Eu lembro, inclusive, do **Mário Henrique Simonsen**, um pouco para minha surpresa, que apoiou decididamente naquela ocasião. Mas, como um todo, foi considerado algo... heterodoxo e, como tal, era malvisto.

A visão geral que existia naquela época era a visão de que a inflação era um problema de desajuste fiscal e monetário. Se fizessemos uma política fiscal dura, uma política monetária dura, a inflação cairia. E a chamada indexação era, digamos, um detalhe menor, um complicador do processo. Mas, essencialmente, a ideia era que seria necessário atacar os fundamentos.



Sérgio Rondino - Professor Roberto Macedo. Quer começar o nosso diálogo?

Roberto Macedo - Persio, eu gostaria de saber se algo semelhante foi adotado em outros países. Vocês fizeram um levantamento disso?

Persio Arida - Não. Que eu saiba, nunca houve nada remotamente parecido. Existiu na Hungria, em 1946, o Pengo Fiscal, que me chamou a atenção depois de ter escrito o paper. Era uma espécie de UFIR, usada para se denominar certas transações, era uma unidade de conta para fins puramente arrecadatórios. Mas não tinha muita semelhança, não. Tinha remota semelhança.

O nosso entendimento era o de que o problema da inflação brasileira era diferente dos demais. Quando a inflação é muito baixa, digamos, até 20%, por aí, basicamente você tem o problema tradicional, que é a política fiscal e monetária, para resolver. Quando ela fica mais alta e você começa a ter mecanismo

de indexação, tem dois tipos, duas variantes: ou a indexação endógena, digamos assim, os próprios agentes se protegendo da expectativa de inflação; ou ela é exógena, no sentido de o governo fixar leis que determinam que salários, o salário-mínimo, os impostos, etc., são indexados.

O Brasil tem uma trajetória em que os dois tipos de indexação se sobrepõem, mas inicialmente a indexação foi dos impostos, depois foi para o mercado financeiro e, por último, chegou ao contrato salarial. Se você olhar para Israel, por exemplo - único país com indexação parecida com a brasileira, de certa forma -, a ordem foi contrária. Começou no sindicato e terminou, digamos, nos impostos. O que traduz, evidentemente, o regime democrático. O Brasil tinha um regime autoritário. Mas havia algo meio único no caso brasileiro, que era essa prevalência da indexação exógena baseada em um reajuste pleno de acordo com a inflação passada. Isso aconteceu também na Itália, mas era restrito ao sindicato, não pegava a parte fiscal. Acho que



COMO A INDEXAÇÃO ERA DIFERENTE DE OUTROS LUGARES, PRECISÁVAMOS PENSAR EM UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA. CURIOSAMENTE, QUANDO A GENTE TEVE A IDEIA DE UMA INFLAÇÃO PURAMENTE INERCIAL, PREDOMINANTEMENTE INERCIAL, É QUE ABRIMOS A CRIATIVIDADE PARA UMA TERAPIA NOVA, PARA INVENTAR UM OUTRO CONCEITO, UM CONCEITO QUE NÃO EXISTIA, PARA INTELLECTUALMENTE AVANÇAR NA DIREÇÃO DE ALGO QUE ERA MUITO DIFERENTE DO QUE JAMAIS FOI TENTADO.

no caso brasileiro tivemos uma indexação exógena muito mais proeminente que em Israel ou, no caso italiano, e isso deu uma característica diversa ao processo inflacionário brasileiro.

Tem também uma diferença importante nos arranjos financeiros. Nos arranjos prevalentes em Israel e na Itália, por exemplo, moeda era muito diferente de títulos. No Brasil, o que você chama moeda, na verdade, eram as aplicações do antigo CDI, chamado *overnight*, que, no fundo, faz com que o conceito de moeda, o conceito de títulos públicos, fique quase indistinto. Daí veio a ideia da moeda indexada.

Havia algumas diferenças substantivas entre o Brasil e os outros dois únicos casos que nos pareciam mais ou menos similares. Havia a percepção de que havia algo singular aqui. A visão convencional de combater a inflação apenas com meios monetários e fiscais evidentemente não valia por causa da indexação. Como a indexação era

diferente de outros lugares, precisávamos pensar em uma solução alternativa. Curiosamente, quando a gente teve a ideia de uma inflação puramente inercial, predominantemente inercial, é que abrimos a criatividade para uma terapia nova, para inventar um outro conceito, um conceito que não existia, para intelectualmente avançar na direção de algo que era muito diferente do que jamais foi tentado.

Luiz Alberto Machado - Persio, o seu nome e o do André Lara Resende ficaram mais marcados entre os economistas e analistas até pelo fato de vocês terem participado do Plano Cruzado e do Plano Real. Qual foi a diferença? Como é que vocês evoluíram de um plano que fazia uso do congelamento, que desrespeitava contratos, que mudava as regras do jogo, para um plano que conseguiu melhores resultados, sem, vamos dizer assim, esses artificialismos?

Persio Arida - Quando do Plano Cruzado, eu conversei com o consultor-geral da República, que era o doutor **Saulo Ramos**, homem de confiança integral do então presidente **José Sarney**, sobre a ideia de fazer algo na base no Plano Larida, uma moeda indexada. A resposta dele foi dizer assim: “Esqueça esse assunto porque no Brasil só pode ter uma moeda. O Brasil não comporta ter duas moedas, pela Constituição. Isso vai ser derrubado no Supremo. Não adianta nem tentar.”

Digamos, o plano B, que era muito inferior, era tentar fazer algo parecido com o que Israel havia feito em 1985, um ano antes. Era basicamente um congelamento temporário de preços e salários, com base em um acordo com uma central sindical, algumas regras para mudar contratos, seguido de uma forte contração fiscal e uma política monetária bastante apertada, digamos assim. Esse era o plano B.

Uma certa ingenuidade nossa... Nós não atentamos para o fato de que haveria eleição em outubro e o Cruzado foi lançado no começo do ano. Então, para os políticos, a tentação de estender o congelamento por muitos meses ficou, digamos assim, irresistível. Os gastos públicos aumentaram, em vez de diminuir. Foi introduzido um gatilho salarial de última hora no plano. Enfim, hoje, em retrospecto, o plano estava quase natimorto. Nasceu errado e não foi possível ajustar as políticas fiscal e nem monetária. O Banco Central não tinha independência para subir a taxa de juros.

Então, uma experiência, de um lado, mal-sucedida, mas, de outro, estou convencido de que o Cruzado teve uma influência na performance da economia brasileira muito grande, porque ele fixou no imaginário coletivo a ideia de que era possível, ainda que temporariamente, parar o processo inflacionário. Isso fez com que, depois do Cruzado, fosse lançada uma série de outros

planos recorrendo ao congelamento: o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor - que nem precisava de congelamento, porque tirou toda a liquidez, mas também tinha congelamento -, o Plano Collor 2, também com congelamento. Havia sempre a ideia de que você precisava de um congelamento para segurar a inflação. Isso fez com que a inflação brasileira, do Cruzado até, digamos, o período do ministro da Fazenda **Marcílio Marques Moreira** - depois que o Collor desistiu dos planos de estabilização - tivesse uma dinâmica que não tinha nada de inercial. Era uma dinâmica de expectativa pura. O empresário sabia que, se a inflação subisse, teria que enfrentar um congelamento, e tinha que entrar no congelamento com o pé direito, digamos assim. Para isso, ele aumentava preventivamente os preços. E, de fato, quando a inflação subia, os políticos queriam, por toda a lei, fazer outro congelamento, porque era a maneira de manter a sua popularidade. Então, a dinâmica era de expectativa e uma quase profecia que se autorrealizava. Se você olhar, a inflação acelera exponencialmente entre um plano e outro. Com exceção do Plano Collor, claro, que tirou toda a liquidez da economia, mas quando a liquidez voltou, a inflação voltou a acelerar do mesmo jeito.

Então, curiosamente, no período do Marcílio, que foi chamado de bom senso, ele falou: “Não vou fazer congelamento, não vou fazer plano nenhum, etc”. A inflação perdeu esse caráter de expectativa e passou a ter um caráter inercial de novo. É uma certa ironia a história, mas as condições do Plano Larida voltaram a prevalecer depois do fracasso dos vários planos de congelamento. E aí tornou-se, basicamente, primordialmente, inercial. E tornou possível a aplicação de ideias.

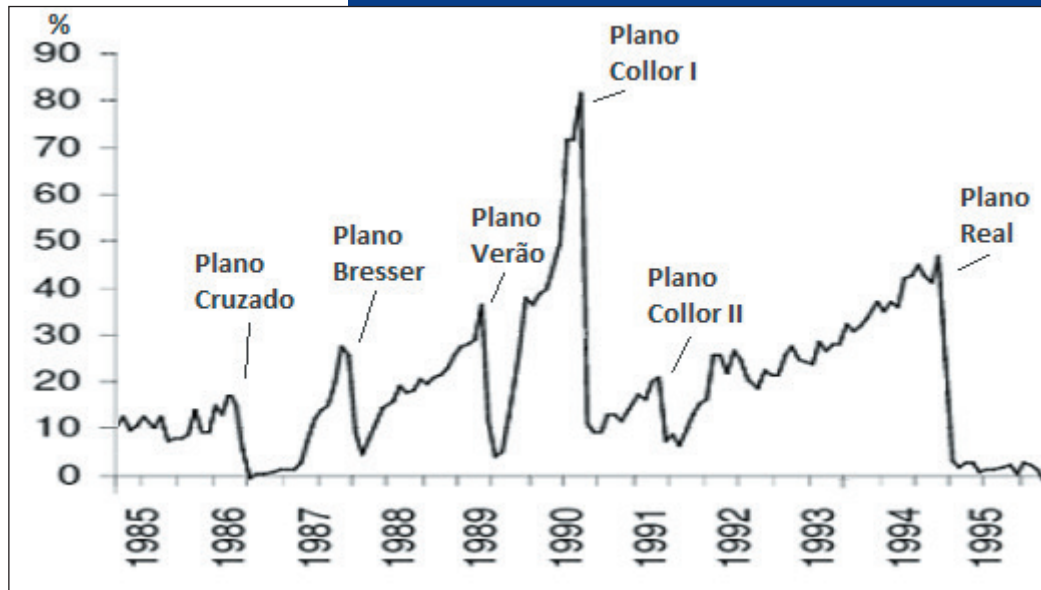
Só que, no caso do Larida, eu, gato escaldado, já tomei providências e conversei com um amigo meu, que é professor de Direito Econômico do

Largo São Francisco, **Tadeu De Chiara**, que tinha trabalhado comigo no Unibanco, inclusive. Eu sempre brincava dizendo que ele é o único advogado que sabia usar uma HP direito. Ele era bom de conta. Aí eu falei: “Tadeu, o problema é esse, eu preciso um jeito de fazer isso parar de pé”. E ele escreveu a minuta de criação da URV.

Quando saiu a URV, o Saulo Ramos escreveu uma crítica muito ácida no jornal. E ele, o Tadeu De Chiara, fez a réplica, e ninguém sabia que era ele que tinha escrito o texto original. Ele fez uma réplica e o Saulo Ramos parou a ofensiva, possivelmente porque o Sarney virou aliado do Fernando Henrique e queria aprovar o plano. O fato é que, na versão do Plano Real, que era de uma moeda só virtual, não tinha poder liberatório, foi juridicamente factível. Mas foi um percurso interessante porque a dificuldade legal de implementação impediu que fosse adotado oito anos antes.

Rogério Schmitt - Persio, eu queria trazer um pouco da dimensão política do Plano Real. Uma coisa me chamou muita atenção, eu estava aqui pesquisando: o prazo entre a publicação da Medida Provisória da URV, no finalzinho de fevereiro, e a sanção da lei foi de apenas três meses, ou seja, em três meses a Medida Provisória foi aprovada na Câmara, no Senado e foi sancionada pelo presidente, que era o Itamar Franco. Então, a minha pergunta é a seguinte: você teve algum envolvimento nas conversas com as lideranças partidárias, o presidente da Câmara, o presidente do Senado, para aperfeiçoar, para permitir a construção de consenso político sobre o texto da Medida Provisória da URV? E a outra pergunta, eu queria que você falasse um pouco sobre o papel do Itamar Franco, do Fernando Henrique Cardoso e do **Rubens Ricúpero**, tanto na elaboração, se eventualmente eles tiveram algum papel, como também na implementação final da lei.





Persio Arida - Tem muita história aí. De um lado, fui muitas vezes ao Congresso acompanhando o Fernando Henrique. O Fernando Henrique tem um mérito extraordinário. Primeiro, ter bancado a ideia. Eu o conheci muito tempo atrás, na década de 1970, ele era apenas um sociólogo. Eu tinha um professor na USP que o Macedo conheceu muito bem, o **Raul Eckerman**. E na época eu estava na dúvida se estudava na Cambridge inglesa ou na Cambridge americana, no MIT. E o Raul Eckerman me apresentou ao **Celso Furtado**, que me sugeriu falar com o professor Fernando Henrique. Eu falei: "Mas não é aquele sociólogo cassado que voltou do Chile?" Foi uma conversa no Cebrap, lá na Vila Mariana. E o Celso Furtado falou: "É, mas ele sabe das coisas, vai lá que ele te orienta." Acabou não me orientando sobre a decisão em si, mas ficamos amigos desde então.

O Fernando Henrique tem um papel extraordinário. Primeiro, ele bancou a ideia. Ele era um político, e se tratava de uma ideia que está longe de ser óbvia. Mas ele bancou

a ideia, que podia lhe dar um capital político extraordinário ou ser, digamos, o seu funeral político, se fracassasse. Acabou lhe dando um capital político extraordinário. O fato de ele ser um intelectual fez toda a diferença.

Mas ele era um político. Era um senador, tinha uma certa ascendência sobre o Itamar, que o respeitava muito. E, como político, tinha a sabedoria da conversa política. Então, eu fui com ele várias vezes conversar com o Itamar, e também fomos na Câmara, no Senado. Mas, tipicamente ele falava. Quando a pergunta era mais complicada, passava a palavra para mim. Mas quem conduzia a conversa era sempre ele. E com jeito, porque a cada caso ele contava uma história. Enfim, cada caso era um caso político diferente. Mas ele tinha esse traquejo, que eu não tenho. Realmente não tenho.

O Itamar não tinha repertório intelectual para entender o programa. Então, não adiantava dar o texto do Plano Larida para ele, explicar a moeda virtual. O Itamar queria congelar preço. Disso ele entendia. E ele sabia que lhe daria popularidade.



Então, o Fernando Henrique é que teve essa extraordinária habilidade de convencer o Itamar a lançar um plano do qual ele certamente nunca entendeu. O Itamar, o tempo todo queria aumentar salários ou congelar preços. Mas ele tem um enorme mérito. O fato é o seguinte: ele confiou no Fernando Henrique e deixou que o plano acontecesse. Mas a conversa com o Itamar era sempre muito difícil. A conversa com **Pedro Simon**, por exemplo, no Senado, era uma conversa fácil. O Itamar era mineiro, falava pouco, e eu não conseguia perceber exatamente o que ele não tinha entendido. É muito difícil explicar algo se você não entende o que o outro não entende. Era uma conversa, para mim, pedregosa, a conversa mais complicada.

Uma vez ele me convidou para assistir ao Jornal Nacional com ele. E fiquei meio surpreso. O Fernando Henrique me explicou: "Isso aqui é uma honra. Você está subindo no prestígio dele." Ele governava o País, olhava o Jornal Nacional e depois disparava telefonemas.

Ele era um desses políticos que sentia a opinião pública no Jornal Nacional e administrava um pouco a opinião pública a partir dali. Era um jeito de funcionar que para mim era totalmente estranho.

Ricúpero foi extraordinário. Porque entendeu o programa, não interferiu em nada e se colocou na posição quase de um pregador. Pregando com fervor religioso o plano, como ele ia funcionar. Fazia uma peregrinação incansável pelo País nessa função de explicar o plano. E o que aconteceu foi algo muito surpreendente. Quando André e eu escrevemos o Larida, entre nós a gente achava sempre que ia demorar uns dois anos, um ano e meio, dois, sei lá, para as pessoas escreverem contratos nessa moeda indexada. Imagina, em três meses estava tudo escrito na moeda indexada. Os contratos do setor privado foram todos renegociados na moeda indexada. E foi um espanto. De um lado, a população comprou a ideia, pelas coisas de psicologia coletiva,

que é muito difícil para um economista explicar. A população comprou a ideia. E segundo, houve quase que um pacto social implícito em torno da ideia. Quem ficou contra foi o PT, os líderes sindicais e alguns segmentos.

Lembro de uma conversa com o (*ex-presidente e à época deputado em primeiro mandato Jair*) Bolsonaro, então capitão Bolsonaro. Ele queria saber se ia aumentar o salário dos militares ou não, em termos reais. Simples assim. A pergunta foi direta: "Vai aumentar o salário em termos reais dos militares?" Pergunta direta, só cabe uma resposta direta. "Não, não vai". Aí tentei explicar por que não ia aumentar e ele falou: "É o suficiente, vou votar contra". Tivemos lideranças políticas e sindicais contra. O PT falou muito fortemente contra, mas como um todo houve um certo pacto social, de apoio da população, de apoio do empresariado. Não era um pacto formal, escrito, nada a ver com o Pacto de Moncloa ou algo do gênero, mas foi uma dessas construções políticas que aconteceram quase que naturalmente, um pouco para surpresa de todos os economistas ali.

Sérgio Rondino - Professor Vilmar Rocha.

Vilmar Rocha - Na verdade, nós tivemos dois momentos de transição no Brasil naquela época. O primeiro foi uma transição política apenas, que foi a formação da aliança, a formação da Frente Liberal, da qual eu participei diretamente. Fizemos uma aliança com o MDB e elegemos o **Tancredo (Neves)**. Foi um pacto político, diferente de Moncloa, como você disse. Em 1994, aí sim houve um pacto social, político e econômico mesmo. A maioria dessas forças aprovou o Plano Real. Houve uma conjuntura muito política. Mas a concertação política, a aliança de 1994, começou a se esboçar antes, entre o PSDB e o PFL. Foi uma concertação muito bem governada, que propiciou a aprovação de todas as matérias no

Congresso rapidamente. Com mais um fator: naquela época as medidas provisórias podiam ser reeditadas. Não havia limites. Várias medidas provisórias naquela época foram reeditadas por dois, três, quatro anos. Isso era uma facilidade imensa de engenharia política e de transação. Mas ao fim e ao cabo - e você é um dos autores disso, um dos principais -, é que deu certo. Nós passamos a ter uma moeda. Uma nação, um país que não tem uma moeda não é uma nação, não é um país, não tem fé.

Então, foi uma coisa extremamente relevante e que aos trancos e barrancos a gente mantém até hoje, 30 anos depois. Persio, no prazo de cinco a dez anos, que eu considero médio prazo, eu não acredito que nós vamos ter uma ruptura institucional. Não. Nós vamos ficar aí com a Constituição em vigor, administrando esses conflitos políticos, essa disfuncionalidade, essas coisas entre os Poderes, mas não teremos uma ruptura política.

Do ponto de vista econômico, eu pergunto o seguinte: hoje nós temos as condições postas - baixa inflação, Banco Central independente, queda dos juros, uma boa reserva internacional. Com essas condições de hoje dá para acreditar que a médio prazo a inflação não vai voltar no Brasil, não vai sair da meta, não vai extrapolar a meta, o que é razoável?

Persio Arida - Eu acho que a questão, primeiro, é intrinsecamente ligada à permanência do sistema democrático. A inflação, o número oficial de inflação, em 1970, era de 12% ao ano. O número informal era algo como 20% ao ano. Em 1980, dez anos depois, já era 100% ao ano.

No sistema democrático, se ela passasse de 12% para 100%, pode ter certeza de que o governo já teria caído, porque a insatisfação popular é enorme. O grande sustentáculo da estabilidade dos preços, hoje, é a opinião pública. É o fato de que, no regime democrático, o presidente que deixar a inflação



correr solta, digamos assim, não vai ser reeleito. O partido dele vai se dar mal na eleição. O Banco Central é um bom exemplo disso. Hoje o Banco Central é independente, mas se você olhar a atuação do Banco Central de 1994 até agora, ou até mesmo antes, na prática tinha uma independência de fato.

Por que tinha uma independência de fato? Porque ele falou: "se eu interferir e a inflação voltar, não dá para fazer." Então, virou uma área quase autônoma do desejo do presidente. Olha o que a gente viu nesse começo do ano, começo do governo, o presidente Lula atacando o presidente do Banco Central - "esse cidadão não foi eleito, etc". O que aconteceu? Terminaram comendo um churrasquinho juntos no final do ano. Então, a pressão para tirar o presidente do Banco Central desapareceu. Porque o Lula sabe que se



A INFLAÇÃO, O NÚMERO OFICIAL DE INFLAÇÃO, EM 1970, ERA DE 12% AO ANO. O NÚMERO INFORMAL ERA ALGO COMO 20% AO ANO. EM 1980, DEZ ANOS DEPOIS, JÁ ERA 100% AO ANO.

NO SISTEMA DEMOCRÁTICO, SE ELA PASSASSE DE 12% PARA 100%, PODE TER CERTEZA DE QUE O GOVERNO JÁ TERIA CAÍDO, PORQUE A INSATISFAÇÃO POPULAR É ENORME. O GRANDE SUSTENTÁCULO DA ESTABILIDADE DOS PREÇOS, HOJE, É A OPINIÃO PÚBLICA. É O FATO DE QUE, NO REGIME DEMOCRÁTICO, O PRESIDENTE QUE DEIXAR A INFLAÇÃO CORRER SOLTA, DIGAMOS ASSIM, NÃO VAI SER REELEITO.

deixar inflacionar, ele está politicamente morto. Ele e qualquer presidente. Então, supondo que o regime democrático continue, que é o que eu espero e desejo, eu acho que as condições para a estabilidade de preços estão meio que dadas. O Brasil tem hoje inúmeros outros desafios. Tem desafios de crescimento econômico, pobreza etc. Tem desafios institucionais. Basta lembrar, Vilmar - você como deputado lembra bem, sabe bem a diferença -, o Plano Real foi feito por Medida Provisória. Imagina hoje, Emenda Constitucional.

Existe um processo de empoderamento do Legislativo, um processo de judicialização da política. São coisas que estão tornando o País muito disfuncional. A disfuncionalidade foi acrescida por processos outros. Por exemplo, a criação de novos Estados. Territórios viraram Estados, alguns Estados

se subdividiram etc. Fizeram com que, na prática, Norte e Nordeste controlem o Senado, e pelo teto de representação, controlam a Câmara. Temos uma disfuncionalidade de representação enorme. O presidente é eleito na base de um homem, um voto, mas o Congresso não é.

Hoje há situações institucionais que me preocupam, além das econômicas. Mas depois da estabilidade de preços eu acho que a gente está bem parado, porque é um valor público da população.

Sérgio Rondino - Doutor Pérsio, eu fiquei com uma curiosidade. Você citou algumas resistências no Congresso, resistências à implantação do plano, e eu fiquei com uma curiosidade do ponto de vista interno do governo naquela época. Se a memória não me falha, lembro até que houve um conflito



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

entre o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique, e outro ministro, o do Trabalho, que queria aumentar o salário mínimo. Eu queria saber, pela sua memória, dentro do governo, dentro da equipe, dentro dos órgãos do governo, do próprio governo, onde é que surgiram resistências à ideia da implantação do plano?

Persio Arida - Primeiro a gente tomou uma decisão: o plano é para controlar a inflação, não é para corrigir os desequilíbrios estruturais do Brasil. Essa clareza ajudou muito. Uma coisa é dizer assim: “Gente, olha, esse plano aqui não é para corrigir a distorção regional, a distorção salarial de categoria nenhuma; não é para elevar o salário mínimo, é

só para combater a inflação.” Então, esse mantra, que o plano de estabilização tem que ser neutro do ponto de vista da atividade real da economia, foi muito importante, porque todo mundo quis aproveitar aquele momento, que era um momento histórico de transformação, para corrigir aquilo que na sua opinião estava errado. Salário mínimo: foi recorrente as pessoas pedirem para subir o valor. O próprio Itamar, na passagem do ano, quando ia embora da Presidência, aumentou o salário mínimo. Porque no fundo ele estava um pouco ressentido. O Fernando Henrique estava com os méritos e não ele. Quis deixar a sua marca, aumentou o salário mínimo em termos reais. Então, essas decisões são importantes. Olha, vou comparar um minuto com a Argentina. O **Javier Milei**, por exemplo, mandou o decreto, o decretão dele, mudando 378 itens legais. Alguns são leis inteiras, outros são dispositivos de leis. De uma vez só. Ele tem um problema de estabilização e, ao mesmo tempo, está querendo fazer uma correção estrutural no rumo da economia argentina. O problema torna-se complexo demais para administrar. Então, se você quiser fazer muita coisa ao mesmo tempo, sua chance de errar é enorme. Você vai mexer em 388 dispositivos legais ao mesmo tempo, alguma coisa vai dar errado. Com certeza.

Então, com a nossa postura ali, com a ideia da neutralidade, tínhamos um argumento. Não é hora de corrigir desequilíbrio de outra natureza. Isso a gente faz depois. Isso foi um achado importante. E na questão das reformas, é curioso porque é muito difícil você avaliar o que é mais importante, entende? Por exemplo, no começo do governo de Fernando Henrique havia três ideias na mesa. Uma era fazer a Reforma Tributária nas bases aproximadas do IVA, que acabou de ser feita agora. Tinha a ideia da reforma da Previdência e a ideia de quebra dos monopólios. Bom, a quebra dos monopólios era mais fácil do que o estado

legal, porque no fundo tinha que mudar uma palavrinha: onde está não pode, passa a estar pode. Reforma Tributária era complexa, não tinha consenso, tinha gente com opinião diferente, etc. Previdência também era complexa. Qual foi o roteiro? O roteiro foi, primeiro, a quebra dos monopólios, de telecomunicações, de petróleo, depois Previdência. Mas aí perdeu por um voto na Previdência, que foi aquela votação em que o então deputado federal pelo PSDB de São Paulo, **Antônio Kandir**, acabou votando ao contrário do que deveria. E a Reforma Tributária acabou nunca sendo votada. Nem chegou no Congresso.

Se você perguntar se não era melhor começar pela tributária do que quebrando o monopólio, é impossível responder, mas eu estou só citando isso. Vou dizer o seguinte: apresentar o plano como neutro do ponto de vista distributivo facilitou enormemente. Isso é uma ideia que no Larida está muito clara. O Larida era neutro do ponto de vista distributivo. Porque a discussão das reformas estruturais para sustentar o plano, essa é sempre muito difícil. Você não consegue avaliar o quanto uma perde em relação a outra, qual a importância. Quebra de monopólios dava dinamismo na economia. Melhoraria o setor público porque aumentaria impostos. Será que fazer uma Reforma da Previdência teria sido mais efetiva para combater o déficit? Tem uma seara na parte de reformas, de avaliação, de prioridades, extremamente complexa, difícil e que normalmente é negligenciada. Eu vejo na Argentina, porque é o erro oposto.

Até que o Real foi bem concebido. Depois é que teve um problema de avaliar o que é mais importante. A Argentina quer fazer tudo de uma vez só. Até a reforma trabalhista eles querem fazer. Você pode imaginar que a chance de acabar desagradando gregos e troianos no processo é enorme. Não sei se respondi a tua pergunta inteiramente, mas...

Sérgio Rondino - Está muito bom. Eu queria encerrar, doutor Persio, abrindo espaço para a sua mensagem final, voltando à sugestão do professor Roberto Macedo. Diante de tantas dificuldades para a implementação do plano, e a ideia prosperou, também acho que ela merecia o Prêmio Nobel de Economia.

Persio Arida - Agradeço muito a vocês. Para mim, a experiência toda foi uma experiência absolutamente única. Você formular uma teoria, juntamente com André Lara Rezende, não conseguir aplicá-la uma vez, ter uma experiência errada, ter oportunidade de uma segunda chance, e aí conseguir aplicá-la, isso é, para um economista, uma experiência absolutamente extraordinária.

Absolutamente extraordinária. Premiações à parte, existencialmente falando, e aqui falo com vários de vocês que são economistas, é um privilégio extraordinário que eu tive.

Sérgio Rondino - Doutor Persio, sua participação foi uma alegria para todos nós aqui.

Persio Arida - Alegria minha, agradeço muito a vocês e pelo convite aqui do professor Macedo.

Sérgio Rondino - Agradeço aos companheiros que nos auxiliaram nessa conversa e, como sempre, agradeço a você que acompanhou esse programa até aqui. Muito obrigado. Até o próximo *Diálogos no Espaço Democrático*.



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

| | | |
|---|---|---|
| <p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p> | <p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p> | <p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Paes Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p> |
|---|---|---|

diálogos no espaço democrático - Coleção 2024 - A HISTÓRIA DO PLANO REAL

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br